

**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO
CENF**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2003
OBJETO DE PUBLICAÇÃO**

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

A Administração da CENF - Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo tem a satisfação de apresentar os resultados de 2003, acompanhados das demonstrações contábeis correspondentes.

1. Mercado de Energia e Investimentos

Mesmo sofrendo ainda a retração de mercado provocada pelos resquícios do racionamento de 2001/2002, que atingiu todas as empresas do setor elétrico, a CENF procurou alcançar suas metas de expansão no fornecimento de energia, atuando positivamente para incrementar os processos de gestão empresarial. Durante o exercício de 2003, aprimorou ferramentas em suas diversas áreas de atuação, de modo particular os critérios de excelência de operação e serviços.

Apesar da lenta recuperação do mercado de energia e do corte no orçamento de investimentos, a administração da CENF não mediu esforços para a melhoria da qualidade dos serviços aos seus quase 80 mil consumidores, sendo de se destacar a reforma dos seus circuitos elétricos e a execução de obras de distribuição, compreendendo, basicamente, a construção de 568 Km de redes urbanas e rurais, a implantação de 1.159 postes e 311 transformadores no município de Nova Friburgo, visando a redução contínua dos índices DEC e FEC, que expressam a duração e a frequência das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Em 2003, esses índices situaram-se em, respectivamente, 18,53 (22,38 em 2002) e 11,28 (18,94 em 2002), que significam uma melhoria de 17% no DEC e de 40% no FEC. Os investimentos da CENF em 2003 atingiram R\$2.069 mil (R\$4.994 mil em 2002). Destaque-se, ainda, que a CENF obteve a melhor avaliação entre as empresas do Estado do Rio de Janeiro na pesquisa de satisfação IASC - Índice Aneel de Satisfação do Consumidor - 2004, realizada pelo Instituto Vox Populi, tendo inclusive registrado uma melhoria nesse indicador, que passou de 62,69, no ano passado, para 68,77 em 2004.

2. Mercado de energia elétrica

A CENF encerrou o exercício com 79.416 consumidores, 3,2% a mais que em 2002. Os reflexos da política de racionamento, que mudou os hábitos de consumo de energia elétrica dos consumidores e continuou repercutindo nas receitas das empresas do setor elétrico, ainda se fizeram sentir nas vendas de energia da CENF em 2003. O consumo de energia elétrica ficou abaixo das expectativas, em função do desligamento permanente de algumas indústrias na região de concessão, o que contribuiu para o arrefecimento do consumo, tendo sido vendido 276 GWh aos seus consumidores, 3,6% a mais que em 2002, ante o crescimento do consumo de energia no Brasil, de 3,7%. Por sua vez, a geração própria de energia elétrica foi de 55 GWh, contra 51 GWh, em 2002.

A empresa continuou somando esforços no combate às perdas de energia elétrica e nessa linha obteve uma redução de 3,4% no exercício. As perdas de energia situaram-se em 7,8%, contra 8,1% em 2002.

Com isso, a receita operacional bruta da CENF atingiu R\$71.950 mil, o que representa um acréscimo de 19,0% em relação a 2002.

3. Resultados econômico-financeiros

A CENF computou em 2003 um resultado dos serviços de energia elétrica de R\$1.683 mil, contra R\$10.882 mil em 2002. Essa redução do desempenho deve-se basicamente aos aumentos dos custos da energia comprada e do transporte de potência elétrica, ainda não integralmente repassados às tarifas de energia elétrica, que em conjunto aumentaram cerca de 61%, representando um acréscimo de R\$10.942 mil em relação a 2002. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, totalizou R\$4.236 mil contra R\$13.282 mil, em 2002. O lucro líquido, por sua vez, atingiu R\$1.654 mil, ante os R\$6.692 mil registrados em 2002. Com isso, o patrimônio líquido da CENF, em 31 de dezembro de 2003, totalizou R\$39.822 mil, ou seja, R\$0,41 por ação.

4. Remuneração aos acionistas

Apesar dos efeitos redutores do resultado, a Administração, mantendo a política de remuneração de seus acionistas, proporá à Assembléia Geral a realizar-se brevemente a distribuição aos acionistas de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$1.953 mil, à razão de R\$0,0202 por ação ordinária ou preferencial. A data de início da distribuição desses juros será definida na referida Assembléia.

5. As ações de Cidadania da CENF

Em consônancia com a política de responsabilidade social empresarial desenvolvida pelas empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, a CENF, através da sua Usina Cultural Nova Friburgo, prosseguiu com realizações de espetáculos musicais e teatrais na Sala Maestro Joaquim Naegele, construída em 2002. Essa sala foi fruto de uma parceria entre a CENF, Sociedade Musical Beneficente Campesina Friburguense e Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Também tiveram prosseguimento cursos, palestras e workshops diversos, oferecidos gratuitamente à comunidade friburguense. Entre os núcleos já instalados na Usina Cultural estão o Pró-Memória de Nova Friburgo, a Escola de Cordas Campesina Friburguense e uma galeria de artes. Outro destaque em 2003 foi a transferência para o salão inferior da Usina Cultural da Superestação de Energia, um centro didático-interativo, onde o público em geral tem a oportunidade de se familiarizar com a história da eletricidade e princípios da Física.

A seguir, indicadores financeiros relativos ao desempenho econômico-social da CENF:

Balanço Social

	2003	2002
1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)		
1.1 - Receita Operacional Líquida	49.565	45.853
1.2 - Resultado Operacional (excluem R\$1.953 mil de juros sobre o capital próprio, em 2003, e R\$2.012 mil, em 2002)	1.967	9.680
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	2.945	2.505
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	259	257
2.2 - Encargos Sociais	662	601
2.3 - Previdência Privada	9	9
2.4 - Saúde	41	49
2.5 - Educação	10	27
2.6 - Participação nos Resultados	258	415
2.7 - Outros Benefícios	49	48
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7)	1.291	1.406
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	22.389	16.861
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	175	166
3.3 - Programa Luz no Campo	-	863
3.4 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	366	268
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.4)	22.930	18.158
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - N° de empregados ao final do período	88	91
4.2 - N° de admissões durante o período	7	5

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002
(em milhares de reais)

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	71.950	60.438
Receitas não operacionais	381	361
Menos Insumos:		
Custo da energia comprada	28.881	17.843
Serviços de terceiros	7.182	7.466
Materiais	516	495
Outros custos operacionais	2.107	1.408
	<u>38.686</u>	<u>27.212</u>
	<u>33.645</u>	<u>33.587</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO		
Quotas de reintegrações	2.553	2.400
Provisão para contingências	443	171
	<u>30.649</u>	<u>31.016</u>
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		
Receitas financeiras	4.616	942
	<u>35.265</u>	<u>31.958</u>
4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		
5- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	3.411	2.879
Governo: (impostos, taxas e contribuições)	22.389	16.861
Transferências intra-setoriais	3.811	3.385
Juros	3.616	1.662
Aluguéis	126	64
Distribuição do lucro		
Juros sobre capital próprio	1.953	2.012
Participação dos administradores	258	415
Reservas de lucros	(401)	335
Lucros retidos	102	4.345
	<u>35.265</u>	<u>31.958</u>

Demonstração do Fluxo de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002
(em milhares de reais)

	2003	2002
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de clientes	69.061	52.567
(+) Outros recebimentos	1.382	1.826
(-) Fornecedores	26.066	20.386
(-) Salários e encargos sociais	3.661	2.739
(-) Impostos e contribuições	20.732	19.820
(-) Outras despesas	1.989	1.515
(=) Variação de caixa das atividades operacionais	17.995	9.933
Atividades de investimentos		
(-) Dividendos pagos	25	59
(-) Aquisição de imobilizado	2.101	4.619
(=) Variação de caixa das atividades de investimentos	(2.126)	(4.678)
Atividades de empréstimos e financiamentos		
(+) Empréstimos e financiamentos obtidos	332	6.401
(-) Serviço da dívida	15.944	11.113
(=) Variação de caixa das atividades de empréstimos e financiamentos	(15.612)	(4.712)
Aumento (diminuição) do saldo líquido de caixa	257	543
Saldo de caixa no início do exercício	749	206
Saldo de Caixa no final do exercício	1.006	749

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial - Ativo

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2003 e 2002
 (Em milhares de reais)

Ativo	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Circulante		
Disponibilidades	1.006	749
Consumidores e concessionárias	11.847	10.343
Títulos de créditos a receber	657	1.235
Recomposição tarifária extraordinária	2.703	2.053
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(990)	(249)
Estoques	121	186
Impostos a recuperar	4.387	4.088
Despesas pagas antecipadamente	322	57
Outros créditos	1.148	1.611
	<u>21.201</u>	<u>20.073</u>
Realizável a longo prazo		
Consumidores e concessionárias	1.025	-
Recomposição tarifária extraordinária	10.247	10.084
Créditos tributários	1.560	1.088
Créditos com partes relacionadas	19.761	5.588
Depósitos judiciais	1.139	394
Impostos a recuperar	449	640
Programa emergencial de racionamento	2.277	2.418
Outros	3.658	371
	<u>40.116</u>	<u>20.583</u>
Permanente		
Investimentos	94	79
Imobilizado	34.073	35.193
Diferido	35	68
	<u>34.202</u>	<u>35.340</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>95.519</u></u>	<u><u>75.996</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial - Passivo

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2003 e 2002
 (Em milhares de reais)

Passivo	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Circulante		
Fornecedores	8.643	3.125
Empréstimos e financiamentos	7.141	6.432
Folha de pagamento	396	412
Tributos e contribuições sociais	6.981	3.369
Juros sobre o capital próprio/dividendos	2.673	2.451
Encargos do consumidor a recolher	325	709
Obrigações estimadas	192	213
Outras contas a pagar	1.201	1.657
	<u>27.552</u>	<u>18.368</u>
Exigível a longo prazo		
Fornecedores	3.365	860
Empréstimos e financiamentos	10.433	7.609
Tributos e contribuições sociais	9.311	5.595
Provisões para contingências	3.130	1.536
Outras contas a pagar	1.906	1.907
	<u>28.145</u>	<u>17.507</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	21.000	15.600
Reservas de capital	183	183
Reservas de lucros	18.639	24.338
	<u>39.822</u>	<u>40.121</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>95.519</u></u>	<u><u>75.996</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	69.004	55.547
Suprimento de energia elétrica	1.179	4.105
Outras	1.767	786
	<u>71.950</u>	<u>60.438</u>
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	17.824	11.608
Pis e Cofins	3.825	2.254
Quotas para reserva global de reversão	736	723
	<u>22.385</u>	<u>14.585</u>
Receita operacional líquida	<u>49.565</u>	<u>45.853</u>
DESPESA OPERACIONAL		
Pessoal	3.411	2.879
Material	516	495
Serviços de terceiros	7.182	7.466
Energia elétrica comprada para revenda	24.720	17.843
Transporte de potência elétrica	4.161	96
Depreciação e amortização	2.553	2.400
Quota para conta de consumo de combustível	3.075	2.662
Provisão para contingências	443	171
Outras despesas	1.821	959
	<u>47.882</u>	<u>34.971</u>
Resultado do serviço	<u>1.683</u>	<u>10.882</u>
Receita (despesa) financeira		
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	845	802
Encargos de dívidas	(4.450)	(1.827)
Transferência para imobilizado em curso	473	13
Juros sobre o capital próprio	(1.953)	(2.012)
Outras	3.416	(190)
	<u>(1.669)</u>	<u>(3.214)</u>
Resultado operacional	<u>14</u>	<u>7.668</u>
Receita não operacional	381	361
Despesa não operacional	(412)	(417)
	<u>(31)</u>	<u>(56)</u>
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda, participações e reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>(17)</u>	<u>7.612</u>
Imposto de renda e contribuição social	(24)	(2.517)
Lucro (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>(41)</u>	<u>5.095</u>
Participações de empregados e administradores	(258)	(415)
Lucro (prejuízo) antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>(299)</u>	<u>4.680</u>
Reversão dos juros sobre o capital próprio	1.953	2.012
Lucro líquido do exercício	<u>1.654</u>	<u>6.692</u>
Lucro líquido por ação - R\$	<u>0,02</u>	<u>0,07</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

**Demonstrações das origens e aplicações de recursos
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002**
(Em milhares de reais)

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Origens de recursos		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	1.654	6.692
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:		
Depreciação e amortização	2.553	2.400
Valor residual de ativo permanente baixado	66	215
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	(2.071)	1.585
Recomposição tarifária extraordinária de longo prazo	-	(4.040)
Provisão para contingências	443	171
Outros	-	30
Imposto de renda diferido	(472)	-
Total oriundo das operações	<u>2.173</u>	<u>7.053</u>
De terceiros		
Empréstimos e financiamentos captados	6.632	10.694
Contribuição de consumidores	603	1.499
Parcelamento de impostos	1.520	-
Aumento do exigível a longo prazo	7.320	-
	<u>16.075</u>	<u>12.193</u>
Total das origens	<u>18.248</u>	<u>19.246</u>
Aplicações de recursos		
No investimento	15	27
No imobilizado	2.069	4.936
No diferido	-	58
No realizável a longo prazo	14.274	6.183
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	7.993	267
Juros sobre o capital próprio	1.953	2.012
Total das aplicações	<u>26.304</u>	<u>13.483</u>
Aumento (redução) do capital circulante líquido	<u>(8.056)</u>	<u>5.763</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante		
No início do exercício	20.073	11.904
No fim do exercício	21.201	20.073
	<u>1.128</u>	<u>8.169</u>
Passivo circulante		
No início do exercício	18.368	15.962
No fim do exercício	27.552	18.368
	<u>9.184</u>	<u>2.406</u>
Aumento (redução) do capital circulante líquido	<u>(8.056)</u>	<u>5.763</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros					Total
	Capital social	Remuneração de imobilizado em curso	Outras reservas de capital	Estatutária	Legal	Lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2002	15.600	179	4	5.355	893	2.421	-	10.989	35.441
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(484)	-	484	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.692	6.692
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	-	-	-	-	335	-	-	(335)	-
Juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(1.710)	(1.710)
Imposto de renda retido na fonte incidente sobre os juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(302)	(302)
Reserva estatutária	-	-	-	2.008	-	-	-	(2.008)	-
Retenção de lucros, conforme orçamento de capital	-	-	-	-	-	-	13.810	(13.810)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2002	15.600	179	4	7.363	1.228	1.937	13.810	-	40.121
Aumento de capital conforme AGE de 11 de abril de 2003	5.400	-	-	(5.355)	(45)	-	-	-	-
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(484)	-	484	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.654	1.654
Proposta de destinação do lucro líquido ajustado do exercício:									
Reserva legal	-	-	-	-	83	-	-	(83)	-
Juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(1.660)	(1.660)
Imposto de renda retido na fonte incidente sobre os juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(293)	(293)
Retenção de lucros, conforme orçamento de capital	-	-	-	-	-	-	102	(102)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2003	21.000	179	4	2.008	1.266	1.453	13.912	-	39.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica, que atende a 79.417 consumidores (não auditado pelos auditores independentes) no município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

A CENF apresentava o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2003 de R\$6.351. Durante o 2º semestre de 2003, a Companhia e as demais empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina concluíram o processo de reestruturação dos seus endividamentos. A Administração entende que a referida reestruturação de dívidas deverá restabelecer a liquidez de curto prazo necessária às operações da CENF, reduzindo, substancialmente, as necessidades de refinanciamento nos próximos exercícios.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, preponderantemente o “Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica”, de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

3 Sumário das principais práticas contábeis

- a) Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;
- b) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da ANEEL;
- c) Os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, que não excede seu valor de mercado;
- d) Os investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995;
- e) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir dessa data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso;
- f) Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo. A CENF optou por não mais capitalizar os juros sobre os investimentos em imobilizado em curso financiados com recursos próprios a partir de 1999;
- g) O diferido está representado pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de cinco anos;
- h) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- i) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02;

- j) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos prováveis desfechos desfavoráveis;
- k) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- l) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- m) A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica no Mercado Atacadista de Energia – MAE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Provisão para Contingências.

4 Consumidores e concessionárias

Classes de consumo	Saldos Vincendos	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos de 181 a 360 dias	Vencidos Há mais de 360 dias	Total	
							2003	2002
Residencial	1.830	902	156	60	2	6	2.956	2.213
Industrial	916	110	19	1	-	38	1.084	918
Comércio, serviços e outras atividades.	972	443	116	26	30	29	1.616	1.035
Rural	47	14	5	2	-	-	68	84
Poder público:								
Federal	7	4	3	3	2	3	22	12
Estadual	19	10	7	5	6	8	55	31
Municipal	103	53	36	37	30	41	300	167
Iluminação pública	298	313	639	290	216	432	2.188	649
Serviço público	464	-	-	-	-	-	464	192
Subtotal – consumidores	5.256	1.849	981	424	286	557	8.753	5.301
Concessionárias (*)							751	2.914
Fornecimento não faturado							2.126	1.688
Outras							1.242	440
Total	5.256	1.849	981	424	286	557	12.872	10.343
Parcela de curto prazo							11.847	10.343
Parcela de longo prazo							1.025	-

(*) Inclui energia vendida no Mercado Atacadista de Energia - MAE

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2003, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – MAE no montante de R\$672 (R\$3.011 em 2002), relativo ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2003, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2003. Esse saldo foi apurado com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE juntamente com estimativas internas elaboradas pela Administração. A composição financeira desses valores, incluindo os saldos registrados no passivo circulante de R\$20 (R\$153 em 2002), referente aos encargos de serviços do sistema, está demonstrada a seguir:

Composição dos créditos do MAE	2003	2002
Saldos a vencer	184	-
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	378	343
Créditos renegociados	39	-
Parcela em negociação	71	2.668
	<u>672</u>	<u>3.011</u>
(-) Encargos de serviços do sistema	(20)	(153)
	<u>652</u>	<u>2.858</u>

5 Recomposição tarifária extraordinária

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução nº 31, da ANEEL, de 24 de janeiro de 2002, foi instituída a recomposição tarifária extraordinária que está sendo efetivada por meio da aplicação de reajustes às tarifas de energia elétrica vigentes em 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela ANEEL:

- a) 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda).
- b) 7,9% para os demais clientes.

A referida recomposição visa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e foi implementada para suprir as perdas observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 01 de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002, a saber:

- a) Redução do consumo de energia elétrica do programa de racionamento no período;
- b) Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A; e
- c) Energia Livre – energia contratada pelos geradores para atender o período do Programa Emergencial. Conforme Resolução ANEEL nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução ANEEL nº 89 de 25 de fevereiro de 2003, esses valores começaram a ser repassados aos geradores desde março de 2003.

Através das Resoluções nº 480, 481, 482 e 483 de agosto de 2002 e a Resolução nº 01 de 12 de janeiro de 2004 da ANEEL, os valores homologados relativos à recomposição tarifária extraordinária, energia livre e parcela A, estão demonstrados a seguir:

	Recomposição tarifária	Energia livre	Parcela A	Total
SalDOS em 31/12/2002	8.799	1.073	2.265	12.137
Adição Resolução ANEEL nº 01/2004	-	421	-	421
Amortização	(2.159)	(277)	-	(2.436)
Atualização monetária	2.053	226	549	2.828
SalDOS em 31/12/2003	8.693	1.443	2.814	12.950
Parcela de curto prazo	2.420	283	-	2.703
Parcela de longo prazo	6.273	1.160	2.814	10.247

A Resolução ANEEL nº 484 de 29 de agosto de 2002, alterada pela Resolução ANEEL nº 01 de 12 de janeiro de 2004, estabeleceu a vigência do reajuste tarifário extraordinário – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição de energia elétrica, pelo prazo máximo de 64 meses, a partir de janeiro de 2002.

A Resolução ANEEL nº 01 de 12 de janeiro de 2004, além de rever os prazos de vigência da RTE, homologou o montante da “Parcela A” e determinou que a recuperação dos valores se dará pelo mesmo mecanismo equivalente à aqueles adotados para Recomposição Tarifária e Energia Livre. A administração da Companhia baseada em projeções internas espera realizar todos os créditos dentro dos prazos definidos por essa Resolução.

O BNDES aprovou linha de crédito para financiamento dos valores de recuperação das perdas decorrentes do Programa de Racionamento. O montante liberado até 31 de dezembro de 2003 é de R\$10.011.

6 Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos.

Em decorrência de nova classificação, a CENF procedeu ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado até 31 de dezembro de 2003, o montante de R\$2.133 (R\$798 em 2002) , tendo a Eletrobrás já ressarcido a concessionária R\$1.889, classificado na rubrica “Outros créditos” no ativo circulante. Esta receita será custeada com recursos financeiros oriundos do adicional de dividendos devidos à União pela ELETROBRÁS, associado às receitas adicionais auferidas pelas concessionárias geradoras, sob controle federal e na insuficiência dos referidos dividendos da Eletrobrás, com recursos da RGR – Reserva Global de Reversão. Simultaneamente, a concessionária constituiu uma provisão no passivo circulante na conta “Outras contas a pagar” no montante de R\$1.711 (R\$907 em 2002) dos quais R\$1.327 foram restituídos aos consumidores até 31 de dezembro de 2003.

7 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida. Em 31 de dezembro de 2003, estes créditos montam em R\$657, (R\$1.235 em 2002) classificados no ativo circulante.

8 Impostos a recuperar

	2003	2002
.Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	1.064	1.211
.Imposto de Renda a compensar	982	2.202
.Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL	668	1.113
.Programa de Integração Social – PIS	72	93
.Contribuição para a Seguridade Social – COFINS	2.050	1
.Contribuições Previdenciárias	-	108
	<u>4.836</u>	<u>4.728</u>
Parcela de curto prazo	4.387	4.088
Parcela de longo prazo	449	640

9 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da receita e despesa do exercício de 2003 e 2002, calculadas pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes de imposto de renda e contribuição social, é demonstrada como segue:

	2003	2002
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(17)	7.612
Receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota fiscal	6	(2.588)
Ajustes:		
Itens permanentes	(57)	(149)
Outros	27	220
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(24)</u>	<u>(2.517)</u>
<u>Crédito tributário reconhecido no balanço</u>		
Base negativa de contribuição social	40	86
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	1.125	778
Contribuição social	395	224
Total	<u>1.560</u>	<u>1.088</u>

Em atendimento às disposições contidas na instrução CVM nº 371/02, a Administração, baseada nas projeções de resultado estima a realização total dos créditos fiscais nos próximos dois anos (exercício 2005).

10 Imobilizado

Composição dos saldos e taxas anuais médias de depreciação:

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	2003	2002
Em serviço			
Produção			
Geração hidráulica	2,83	4.710	4.477
Sistema de transmissão de conexão	2,83	704	704
Distribuição			
Linhas, redes e subestações	5,29	52.239	48.074
Administração	15,35	957	799
		58.610	54.054
Depreciação acumulada			
Produção			
Geração hidráulica		(1.465)	(1.346)
Sistema de transmissão de conexão		(38)	(19)
Distribuição			
Linhas, redes e subestações		(18.382)	(16.370)
Administração		(359)	(236)
		(20.244)	(17.971)
Em curso			
Produção			
Geração hidráulica		62	413
Sistema de transmissão de conexão		104	739
Distribuição			
Linhas, redes e subestações		1.515	3.349
Administração		77	57
		1.758	4.558
Subtotal		40.124	40.641
Obrigações vinculadas à concessão		(6.051)	(5.448)
Total		34.073	35.193

Os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada até a definitiva aplicação na concessão.

As obrigações vinculadas à concessão (contribuições do consumidor), representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão da CENF.

11 Transações com partes relacionadas

Apresentamos os saldos das operações efetuadas no exercício:

	2003				2002
	Cia. Força e Luz Cataguazes - Leopoldina	Saelpa	Usina Termelétrica de Juiz de Fora	Total de 2003	Cia. Força e Luz Cataguazes - Leopoldina
Saldos:					
Adiantamentos e empréstimos					
. A receber	9.940	9.821	-	19.761	5.588
Transações:					
. Energia comprada	179	-	(4.274)	(4.095)	-
. Serviços contratados	(6.701)	-	-	(6.701)	(6.032)
. Custo e uso de conexão	(245)	-	-	(245)	-
. Aluguel de equipamentos	(48)	-	-	(48)	(48)
. Receita financeira	2.923	649	-	3.572	148

As transações de adiantamento e empréstimos são remuneradas a juros compatíveis de mercado.

Os serviços contratados, referentes às áreas administrativas e apoio, foram realizados em condições usualmente praticadas e estão registrados como despesa na rubrica serviços de terceiros.

As transações estão suportadas por contratos que foram submetidos ao conhecimento/aprovação da ANEEL.

12 Empréstimos e financiamentos

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
.Em moeda nacional, com juros de até 8% a.a. e atualização monetária com base na variação da taxa Finel, RGR (Eletrobrás),	562	1.014
.Em moeda nacional, com juros de 1,7 a 16,77% a.a. acima da taxa de variação do CDI (Bancos: Mercantil, Sofisa, Schahin, Bradesco, Rural, Bic Banco, Unibanco, Industrial, ABC Brasil, HSBC, Itaú, BBM, Brascan, BVA, Santos, Banif, Primus, BMC, Pine e Guanabara).	8.761	4.047
.Em moeda nacional, com juros de até 4,5 a 7,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Unibanco, BNL, Finame-HSBC e Bic Banco)	36	11
.Em moeda nacional, com juros de até 2% a.a. 4,75% e atualização monetária com base na variação do CDI e TJLP(2002 – Finame) (HSBC Compror)	17	89
.Em moeda nacional, com juros de 1% a.a. e atualização monetária com base na variação da Taxa Selic (BNDES)	8.198	8.880
Total	<u>17.574</u>	<u>14.041</u>
.Parcela de curto prazo	7.141	6.432
.Parcela de longo prazo	10.433	7.609

Os financiamentos obtidos junto ao Finame e Compror estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

O financiamento obtido junto à Eletrobrás está garantido com vinculação da receita própria da CENF.

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2003
2005	6.132
2006	4.198
2007	102
	<u>10.433</u>

13 Parcelamento de impostos

Em 31 de julho de 2003, a CENF aderiu ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, que possibilitou o parcelamento de débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, junto a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em até 180 parcelas. Em 31 de dezembro de 2003, esses débitos totalizam R\$7.330 e estão registrados na rubrica "Tributos e contribuições sociais" no Passivo Circulante e no Exigível a Longo Prazo, cuja liquidação está assim programada:

Ano	
2004	1.054
2005	939
2006	939
Após 2006	4.398
Total	<u><u>7.330</u></u>
Parcela de curto prazo	1.054
Parcela de longo prazo	6.276

Pelas projeções da CENF, estima-se a realização total da dívida pelo prazo de 37 meses.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 82.215.000 ações ordinárias e 14.483.948 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais terão todos os direitos reservados às ações ordinárias, menos o de voto nas Assembléias, direito esse que adquirirão nos casos previstos na legislação vigente.

Em Assembléia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2003, foi aprovado o aumento de capital de R\$15.600 para R\$21.000, com aproveitamento de reservas de lucros, sem modificação do número de ações em que se divide o capital social.

14.2 Juros sobre o capital próprio/dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, os quais estão sendo propostos na forma de juros sobre capital próprio.

Os dividendos mínimos obrigatórios no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Lucro líquido do exercício	1.654	6.692
Reserva legal	(83)	(335)
Realização de reserva de lucros a realizar	484	484
Lucro líquido ajustado	<u>2.055</u>	<u>6.841</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>514</u>	<u>1.710</u>

A Administração está propondo o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$1.953, à razão de R\$0,0202 por ação (R\$2.012 em 2002). Esses juros serão imputados aos dividendos do exercício.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesa financeira, conforme previsto na legislação fiscal, em contrapartida do passivo circulante. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, o valor desses juros está sendo revertido e demonstrado como uma redução à conta de Lucros Acumulados, no Patrimônio Líquido.

14.3 Reserva estatutária

O estatuto social também prevê a constituição de uma reserva estatutária com 30% do lucro líquido do exercício, limitada a 80% do capital social, destinada à ampliação e renovação de instalações e investimentos.

14.4 Reserva de lucros a realizar

Constituída até 31 de dezembro de 1995, com base no saldo da correção monetária de balanço, sendo revertida para lucros acumulados, integrando a base de cálculo dos dividendos, quando esses lucros são realizados mediante alienação, baixa ou depreciação dos ativos a que se vinculam.

14.5 Retenção de lucros

A administração está propondo a retenção de R\$102 (R\$13.810 em 2002) dos lucros acumulados para fins de aplicação nos investimentos, apresentados em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral.

15 Fornecimento de energia elétrica

	Não auditado					
	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Residencial	70.013	68.013	124.076	117.566	35.494	26.939
Industrial	372	399	56.668	59.211	11.588	9.305
Comercial	7.968	7.586	55.094	52.992	14.497	10.786
Rural	662	607	6.761	6.603	986	778
Poder público:						
. Federal	49	44	772	649	185	117
. Estadual	69	65	1.131	952	271	169
. Municipal	190	168	3.077	2.590	873	528
Iluminação pública	1	1	19.492	16.955	3.054	2.132
Serviço público	74	70	9.076	9.024	1.617	1.254
Consumo próprio	18	17	322	318	-	-
Subtotal	79.416	76.970	276.469	266.860	68.565	52.008
ICMS faturado	-	-	-	-	(17.824)	(11.608)
Ajuste a recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	-	3.065
Suprimento de energia elétrica	1	1	42.959	63.861	1.179	4.105
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	(122)	1.917	439	474
Outras receitas	-	-	-	-	1.767	786
Total	79.417	76.971	319.306	332.638	54.126	48.830

16 Remuneração dos administradores

A rubrica despesas de pessoal inclui o montante de R\$844 (R\$548 em 2002), referente à remuneração dos administradores.

17 Provisões para contingências

Contingências	2003			2002		
	Valor da provisão		Depósitos Judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Empregados	-	69	25	14	69	25
Serviços de terceiros	-	299	-	-	299	-
Subtotal	-	368	25	14	368	25
Cíveis						
Consumidores	143	492	102	(43)	349	369
Fiscais						
Sat, Sebrae, Inss e Pis	(819)	-	-	484	819	-
ICMS e outros	2.270	2.270	1.012	-	-	-
TOTAL	1.594	3.130	1.139	455	1.536	394

No exercício de 2003 do montante de R\$1.594, de acréscimo de provisão, R\$30 (R\$284 em 2002), está contabilizado na rubrica outras despesas financeiras, R\$443 (R\$171 em 2002) em provisão para contingências e R\$1.121, foi transferido da rubrica tributos e contribuições sociais no exigível a longo prazo.

18 Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

19 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A CENF não opera com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

20 Plano de aposentadoria

A CENF implementou em dezembro de 2000 o Fundo de Complementação de Aposentadoria Cat-Leo, na modalidade de contribuição definida, para o qual tanto a CENF quanto os empregados são contribuintes. A contribuição no exercício montou em R\$9 (R\$16 em 2002).

21 Contrato de concessão de distribuição

A CENF assinou, em 18 de junho de 1999, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o contrato de geração e distribuição de energia elétrica, com prazo de concessão até 7 de julho de 2015.

22 Programa Emergencial de Racionamento

Os gastos com a Implementação do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, estão demonstrados a seguir:

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Natureza do gasto:		
. Pessoal	277	277
. Serviços de terceiros	21	21
. Outros	15	15
Total dos gastos homologados pela Aneel	<u>313</u>	<u>313</u>
(-) Valores apropriados ao resultado do exercício (*)	<u>(141)</u>	<u>-</u>
(=) Saldo a apropriar	<u><u>172</u></u>	<u><u>313</u></u>

(*) Contabilizados em despesas operacionais de acordo com a natureza de gasto.

23 Resultado por atividade

A ANEEL através do Ofício Circular nº 155/2003 – SFF/ANEEL, de 23/12/2003, dispensou a publicação de forma segregada das atividades de distribuição e comercialização, em face da ausência de definição da tarifa de transferência de receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição.

Em atendimento ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL, apresenta-se a demonstração do resultado por atividade, segregando as atividades de distribuição da geração:

	2003			2002		
	Não auditado			Não auditado		
	Geração	Distribuição	Total	Geração	Distribuição	Total
Receita operacional						
Fornecimento de energia elétrica	2.543	66.461	69.004	2.738	52.809	55.547
Suprimento de energia elétrica	-	1.179	1.179	-	4.105	4.105
Outras	-	1.767	1.767	-	786	786
	<u>2.543</u>	<u>69.407</u>	<u>71.950</u>	<u>2.738</u>	<u>57.700</u>	<u>60.438</u>
Deduções à receita operacional						
Quota para reserva global de reversão	83	653	736	78	645	723
Impostos e contribuições sobre a receita	118	21.531	21.649	102	13.760	13.862
	<u>201</u>	<u>22.184</u>	<u>22.385</u>	<u>180</u>	<u>14.405</u>	<u>14.585</u>
Receita operacional líquida	<u>2.342</u>	<u>47.223</u>	<u>49.565</u>	<u>2.558</u>	<u>43.295</u>	<u>45.853</u>
Despesa Operacional						
Pessoal	506	2.905	3.411	474	2.405	2.879
Material	3	513	516	3	492	495
Serviços de terceiros	523	6.659	7.182	608	6.858	7.466
Energia elétrica comprada para revenda	-	28.881	28.881	-	17.843	17.843
Quota para a conta de consumo de combustível	-	3.075	3.075	-	2.662	2.662
Depreciação e amortização	143	2.410	2.553	130	2.270	2.400
Provisões	-	443	443	-	171	171
Outras despesas	12	1.809	1.821	12	1.043	1.055
	<u>1.187</u>	<u>46.695</u>	<u>47.882</u>	<u>1.227</u>	<u>33.744</u>	<u>34.971</u>
Resultado do Serviço	1.155	528	1.683	1.331	9.551	10.882
Resultado financeiro	(87)	(1.582)	(1.669)	(83)	(3.131)	(3.214)
Resultado operacional	1.068	(1.054)	14	1.248	6.420	7.668
Resultado não operacional	-	(31)	(31)	-	(56)	(56)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda, participações e reversão dos juros sobre o capital próprio	1.068	(1.085)	(17)	1.248	6.364	7.612
Contribuição social	(96)	120	24	(80)	(403)	(483)
Imposto de renda	(267)	219	(48)	(333)	(1.701)	(2.034)
Lucro (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	705	(746)	(41)	835	4.260	5.095
Participações dos empregados e administradores	(125)	(133)	(258)	(66)	(349)	(415)
Lucro (prejuízo) antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	580	(879)	(299)	769	3.911	4.680
Reversão dos juros sobre o capital próprio	47	1.906	1.953	331	1.681	2.012
Lucro líquido do exercício	<u>627</u>	<u>1.027</u>	<u>1.654</u>	<u>1.100</u>	<u>5.592</u>	<u>6.692</u>

24 Novo modelo do setor elétrico

O Ministério das Minas e Energia - MME apresentou no final de 2003 as bases para uma ampla reforma institucional no setor elétrico brasileiro. As principais alterações no ambiente institucional foram definidas pelas Medidas Provisórias nº 144 e nº 145, destacando-se:

- a transferência de diversas atribuições da ANEEL para o MME;
- a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que, em resumo, centralizarão o planejamento, o monitoramento da expansão da geração e da transmissão e a administração do mercado;
- a definição de novas regras para a comercialização de energia elétrica entre os agentes participantes do mercado, entre as quais destaca-se: a expansão da oferta de energia elétrica por meio de

competição (licitação de novos projetos de geração); a coexistência de dois ambientes de contratação: livre (ACL) e regulado (ACR); a orientação da atividade de distribuição somente para o serviço de rede e venda de energia para consumidores cativos (com a obrigatoriedade de atendimento de 100% de seus requisitos de energia elétrica); a restrição às distribuidoras firmarem com partes relacionadas novos contratos de compra e venda de energia elétrica; novas regras para consumidores livres.

Até a presente data, definições relevantes ainda dependem de regulamentação através de decretos, portarias e/ou resoluções. A Administração ainda está avaliando os possíveis impactos das referidas Medidas Provisórias sobre as operações da Companhia.

Parecer dos Auditores Independentes

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo
Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo, levantados em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 31 de dezembro de 2003, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 6.351 mil, e um endividamento de curto e longo prazo, apresentado na rubrica de “empréstimos e financiamentos”, no montante de R\$ 17.574 mil. Conforme detalhado na nota explicativa nº. 1 às demonstrações financeiras, a Administração concluiu neste exercício o processo de reestruturação do endividamento objetivando o alongamento de curto para longo prazo. Na avaliação da Administração, este processo de reestruturação, associado à existência de projeções internas de resultados positivos, serão suficientes para adequar a liquidez à manutenção das operações da Companhia.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2004

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/S-RJ

Iara Pasian
Contadora
CRC nº. 1 SP 121517-3/S-RJ